

A Formação de um Corpo Médico Cearense durante a Segunda Metade do século XIX

Georgina da Silva Gadelha

Doutoranda História da Ciência e da Saúde/Fiocruz

Até a segunda metade do século XIX, a medicina no Ceará se apresentava de forma incipiente e limitada. As várias práticas de cura se mesclavam formando um grande amálgama chamado medicina curativa. Aos médicos, só se recorria quando a enfermidade estava em estágio avançado. O cenário médico ao que se refere à assistência, com relação aos anos anteriores, séculos, pouco diferia: “no campo da Medicina, nenhuma modificação. Sempre o cirurgião-mor, praticando uma medicina desatualizada, obsoleta, perigosa e criminosa” (LEAL, 1978:89).

Em 1848, existiam no Ceará seis profissionais da medicina e dois boticários. Desses, três eram cirurgiões, formados pelo Proto-medicado, e dois deles eram portugueses: José Joaquim Machado e Joaquim da Silva Santiago, portugueses naturalizados, e Francisco José Matos, cearense do Aracati. Somente no governo de José Martiniano de Alencar foi contratado o primeiro médico cearense, formado pela Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, em 1837: José Lourenço de Castro e Silva. Posteriormente chegaram outros dois médicos cearenses, Liberato de Castro Carreira e Marcos José Teófilo (LEAL, 1978:89-94).

José Lourenço de Castro e Silva ingressou na Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1832 e concluiu seus estudos em 1837, formando-se em Cirurgião. Em 1850, defendeu sua tese, “Ligeiras observações sobre algumas enfermidades dos órgãos anexos ao globo ocular e a ophtalmia aguda em geral”, na Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, obtendo o título de médico.

Retornou ao Ceará, por convite do Pe José Martiniano de Alencar (Senador Alencar), há época que exercia o cargo de Presidente da Província. No momento do retorno de José Lourenço de Castro e Silva, o novo Presidente da Província Manuel Felizardo de Souza Mello, apoiador dos interesses monárquicos e da candidatura do Regente Interino Pedro de Araújo Lima, não queria sua contratação como médico da pobreza, devido às divergências políticas, visto que o médico apoiava os interesses do Partido Liberal, tendo ocasionado contratempos em sua contratação. Durante a sua Presidência (1837-1839) foram lavradas 156 demissões, com o intuito de administrar sem opositores o Ceará. Entretanto, o Presidente da Assembléia Provincial, Major Facundo de Castro Menezes, que era tio do médico e um dos

líderes do Partido Liberal, que trabalhava pela Maior Idade de D. Pedro II, usando de seus poderes atribuídos pelo Ato Adicional de 1834, interferiu em sua contratação. Tendo sido demitido e readmitido algumas vezes de suas funções:

Duas ou três vezes José Lourenço foi demitido e logo recolocado por revogações conseguidas por seus amigos. Baixaram seus vencimentos para oitocentos mil réis e aumentaram suas atribuições, obrigando-o a tratar doentes da Capital e do Interior, a aplicar vacinação anti-variólica e a dar atendimentos aos soldados do corpo policial, além de preparar e entregar todos os medicamentos por sua conta e risco (ADERALDO, Anais, no 2, ano II: 137)

“É, por tanto, através das grandes e prestigiadas famílias regionais, que o Poder Político se exerce na Província do Ceará” (ADERALDO, Anais, n. 2, ano II: 143), evidenciando a formação e continuidade de uma elite por meio da origem e posição social das pessoas.

A origem familiar possibilitava uma relação direta com os outros poderes, no Ceará, principalmente, com a política. Segundo Montenegro (1980: 36-37) “A família Castro atua na política desde os tempos coloniais (...). Membros da família administraram a Província, representaram-na Junto às Cortes portuguesas e ocuparam Ministérios”. Filiado ao partido Liberal, José Lourenço de Castro e Silva foi deputado em três biênios: 1838-39, 1840-41, 1846-47. “Seu nome está ligado a todas as fases tempestuosas ou plácidas dos negócios políticos da província que, desde 1838, sempre o encontrou inquebrantável na tribuna e na imprensa” (STUDART, 1915: 142).

Foi Inspetor de Saúde do Ceará. Auxiliar da Província nas epidemias de febre amarela, em 1862. O Presidente da Província Dr. Manuel Antonio Duarte de Azevedo, como forma de se proteger da epidemia de febre amarela que já acontecia em Pernambuco, resolveu tomar medidas preventivas para prevenir o Ceará da moléstia, contratando uma comissão médica:

(...) além de recommendações que fiz ás camaras municipaes, autoridades e facultativos de todos os termos da província, nomeei na Capital uma commissao medica, que estudasse e propuzesse um systema de medidas preventivas, e formulasse indicações para ser rebatido o flagello ou modificados os seus perniciosos effeitos. Á frente d’esta commissão acha-se o Dr. José Lourenço de Castro Silva, ácuja illustração, philantropia e zelo deve o Ceará relevantes serviços.¹

1 Relatório com que o Dr. Manuel Antonio Duarte de Azevedo passa a administração desta Provincia ao quarto Vice-Presidente da mesma o Exm. Sr. Commendador José Antonio Machado em 12 de fevereiro de 1862. Ceará: Typographia Cearense, 1862.

Ainda em 1862, também esteve à frente da comissão que auxiliou o governo no combate do cólera-morbus. Foi Comendador da Ordem de Cristo por serviços prestados a instrução pública (1871), Cirurgião-mor da Guarda Nacional, Diretor da Instrução Pública, Lente do Liceu Provincial, substituto do Juiz de Direito e Municipal do Termo de Fortaleza. Escreveu vários artigos sobre política e medicina.

Na área da medicina destacam-se os trabalhos: “Os Jiquity nas Ophthalmias Granulosas” e “ Breves considerações sobre a climatologia do Ceará precedidas de uma ligeira descrição da cidade e seus subúrbios”, publicada nos *Anais Brasileiro de medicina* (1849-1850). Esses trabalhos, juntamente com sua tese, demonstram uma preocupação com as enfermidades locais e suas condições topográficas e climáticas de tratamento para a doença, uma vez que os cearenses, durante o século XIX, sofriam de doenças oculares, principalmente nos períodos de estiagens.

Entre os anos de 1836 a 1841, o naturalista escocês George Gardner, em sua passagem pelo Ceará, destacou em seu registro o caráter endêmico da doença na cidade do Crato: “A oftalmia é verdadeiramente endêmica e, em certa parte do ano, poucos escapam a seus efeitos (...). A cegueira é uma consequência bem comum e em parte alguma vi mais cegos que aqui neste distrito” (GARDNER, 1975: 97). Em 1878, as ocorrências das doenças oculares também foram destacadas no Relatório do Presidente da Província e nos registros do memorialista Rodolpho Théophile, que descreveu as formas, baseadas nas tradições e crenças populares, aplicadas pelo povo para a cura das doenças.²

Segundo José Lourenço de Castro e Silva (1849-1850), as oftalmias não tinham a extensão que alguns supunham, tratava-se mais de um preconceito sobre as moléstias oculares. O grande problema das doenças referia-se a falta dos preceitos higiênicos da população, que tornava as pessoas predispostas a ficarem doentes. Abria-se, assim, em seu discurso a transposição da causa das doenças, que saía das condições climatológicas, para o aumento populacional e a falta de higiene por parte dos habitantes cearenses.

Após uma vida atuante no cenário político e médico, faleceu em 1874.

Liberato de Castro Carreira formou-se em 1844 na Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1845 foi nomeado Médico da Pobreza pelo Presidente da Província Coronel Ignácio Correia de Vasconcellos. Em 1846 foi nomeado substituto do Juiz de Direito, Municipal e de Órfãos dos Termos reunidos da Capital e Aquiraz, Cascavel e Imperatriz. Em

2 Sobre as práticas populares de cura da oftalmia no Ceará durante a segunda metade do século XIX, ver: GADELHA, Georgina da Silva. *Os Saberes do Corpo: a “Medicina Caseira” e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919)*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social– UFC, 2007.

1847, foi nomeado médico-consultante do Hospital Militar. Em 1848 Provedor da Saúde do porto do Ceará. Em 1852, membro da Junta de Higiene Pública. Ainda em 1852, embarcou para Niterói, Rio de Janeiro, onde exerceu várias funções públicas. Foi Senador e escreveu vários artigos sobre questões orçamentárias do Império e as secas do Ceará.

Marcos José Theóphilo formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia em 1949 com a tese “Molestias dos olhos”. Esteve em várias comissões do governo como médico durante as epidemias de febre amarela e cólera, juntamente com os médicos, José Lourenço de Castro e Silva e Liberato de Castro Carreira. Sua família foi muito atuante no cenário médico. O filho de seu irmão Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira, Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda em 1837, teve um filho com seu mesmo nome (Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira) que se formou pela Faculdade de Farmácia na Bahia, tendo ido posteriormente para o Rio de Janeiro onde doutorou-se em medicina em 1910 com a tese “A habitação e a profilaxia da tuberculose”. O filho de Marcos José Teóphilo, Rodolpho Theophilo, foi um importante médico no cenário cearense, tendo desenvolvido a produção da vacina em sua casa, no seu vacinogêneo particular, e empreendido a vacinar as pessoas vítimas de varíola. Muitas foram suas andanças de porta em porta no Ceará a procura principalmente da população carente. Além de médico foi romancista, tendo deixado vários livros com registros sobre a seca, as epidemias. Dentro de sua produção a descrições sobre a situação do Ceará e de sua população durante a segunda metade do século XIX. Entretanto, a pesar de seu “altruísmo” pelos menos afortunados, sua posição social também está ligada a origem de sua família, que foi vinculada aos Feitosas por meio do casamento de Antonio Gaspar de Oliveira, primeira descendência dos Rodolphos desde sua chegada de Portugal ao Brasil, no início do século XIX, que em suas andanças pelo sertão como comerciante, conheceu e raptou Simôa Correia Lima (pertencente a família Feitosa dos Inhamuns), casando-se posteriormente (GIRÃO, 1975): “Dessa ascendência, em que não deve estar esquecido ser a bisavô de Theóphilo uma Feitosa, o que significa dizer – descendente do tradicional e bravio clã secularmente dominante nos Inhamuns” (COLARES, 1979: IX).

As famílias Castro e Feitosa foram umas das que exerceram grande influência na vida política durante o período monárquico. Desse modo, por mais que a família dos Theóphilos tenham tido grande participação no cenário clínico, a inserção nas famílias dominantes da época também possibilitavam prestígio, através do acúmulo do capital social.

Durante a segunda metade do século XIX, formaram-se nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia oitenta médicos cearenses. Desses, trinta estabeleceram residência no Ceará como clínicos ou funcionários públicos (SAMPAIO, 1966).

Sales (Anais/ano II, n. 2: 277) apresentou detalhadamente a formação e a distribuição dos 195 médicos cearense que se formaram durante o período de 1838 a 1913: pela Faculdade do Rio de Janeiro formaram-se 143 médicos (43, 33%), pela Faculdade de Medicina da Bahia 46 (23,68%), 1 pela de Paris, 1 em Montpellier, 1 em Harvard e 1 em Cambridge-Inglterra. Destes, 68 (34,87%) fixaram residência em Fortaleza, 24 (12,38%) foram para o interior e 103 (53,87%) permaneceram no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil.

Os médicos geralmente eram provenientes de famílias importantes, seguindo posteriormente carreira política. O título adquirido pela formação médica servia de degrau para outras esferas de poder (CORADINE, 1997), ficando as atribuições médicas, na maioria das vezes, em segundo plano. As relações sociais eram pautadas por meio das relações de reciprocidade, que se dava através do parentesco ou da amizade. Ao exercício da medicina, vinculada a outras funções públicas, atribuía-se o sinônimo de caridade, formando a clientela dos três “pés”: pobres, parentes e protegidos (SAMPAIO, 1966:94-95). Entretanto, como se deu a construção social do médico? Qual momento e questões sociais promoveram o desenvolvimento da atuação desses profissionais? Qual o significado do título escolar dentro de uma sociedade cuja legitimação profissional parte da origem familiar e suas relações sociais?

A inexistência de médico era tema corrente nos relatórios de Presidentes da Província do Ceará. Antes mesmo da epidemia de cólera adentrar o solo cearense, por já ter se manifestado em outras localidades, o Presidente da Província de 1856, Paes Barreto, providenciou estruturas “hospitalares” para acomodar doentes, como foi o caso do lazareto da Lagoa Funda, e solicitou, tendo sido prontamente atendido pelos Presidentes de Alagoas e Bahia, a vinda de médicos de estados vizinhos *para socorrer as pessoas miseraveis na hypothese figurada da invasão do mal*, visto que os existentes na Província eram insuficientes:

Naquelles lugares em que existem médicos, auctorizei as commissões sanitárias para contractarem com elles o curativo das pessoas accommettidas da epidemia, mediante uma gratificação razoável. Havendo na província grande falta de médicos, pois que na capital apenas existem 4, e no interior rara é a cidade ou villa, que possua um, tenho por diversas vezes sollicitado do Sr. Ministro do Império, e dos prezidentes da Bahia e Alagoas a remessa para aqui de alguns facultativos.³

3 Relatório com que o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a Administração da Província ao Segundo Vice-Presidente da mesma Excelentissimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 09 de abril de 1856. Ceará: Typographia Cearense: Impresso por Joaquim José d'Oliveira, 1856. pp. 22.

A falta de um corpo expressivo de médicos fazia com que os existentes detivessem certo controle das ações públicas, referentes à saúde e salubridade da cidade e dos homens, além de remodelarem a cidade dentro dos conceitos de práticas médicas do século XIX.

Os poucos médicos existentes eram constantemente solicitados por parte do governo para ajudar no controle das doenças e epidemias, atribuindo às práticas da ciência médica um valor social, fundamentado em um conhecimento que tinha como fundamento a criticidade e a razão. “Razão como sinônimo de virtude, de pensamento claro, de busca progressiva de objetividade e neutralidade, mas, fundamentalmente de crítica”. (SÁ, 2006:25). Buscava-se o correto através do conhecimento e combatia o antigo, por tê-lo como desprovido de saber, práticas rudimentares, sem validade ou credibilidade científica, pautada nos usos e costumes da cultura. Amparados no saber científico, os médicos possibilitaram uma abertura no campo da ação política.

As relações sociais, na fase inicial da construção de um campo de saber, interferiam na elaboração das idéias e na forma de atuação. Eram os problemas cotidianos que demandavam por respostas científicas aos múltiplos saberes, tornando real a interação entre ciência médica e cultura. Desse modo, os médicos encontraram um campo fértil a aplicabilidade de suas práticas, que à proporção que ganhava espaço de atuação tinha que concorrer com outras práticas de cura com o objetivo de legitimar cada vez mais a sua profissão.

O processo de legitimação e autonomia se deu lentamente ao longo do século XIX, corporificando seus pares, promovendo o progresso social e arquitetônico da cidade através do combate as doenças e contrapondo-se as práticas firmadas na cultura e na tradição, destituindo-as de validade comprovadamente científica, uma vez que não se firmava nas pesquisas de laboratórios nem na fundamentação teórica dos livros, que atribuíam credibilidade acadêmica aos seus práticos. Os médicos buscavam para si pouco a pouco um reconhecimento social pautado em seus serviços para a sociedade. Era a defesa de uma especialização profissional a partir de sua prática. O papel desse profissional estava além da simples medicalização dos doentes.

Pouco a pouco a medicina constituía-se como elemento indispensável ao Estado, tornado-se imprescindível para o bem da saúde da coletividade. O governo cearense recorria com frequência aos saberes médicos, dando-lhes um espaço social significativo para a concretude de um corpo médico atuante e interventivo. O século XIX foi o momento da

doença, das descobertas, da formação de um espaço de sociabilidade e de reconhecimento do saber científico.

Referências Bibliográficas

ADERALDO, Aluysio S. Dr. José Lourenço de Castro e Silva. In: **Anais da Academia Cearense de Medicina**. Fortaleza: Ano II. N. 2. PP. 135-149.

CORADINE, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite ‘profissional’ na medicina no Brasil. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. V. III. N 3. nov1996. fev. 1997.. pp. 425-465.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos de ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. BH, Editora Itatiaia, SP, Editora da USP, 1975.

GIRÃO, Raimundo. **Famílias de Fortaleza (Apontamentos Genealógicos)**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1975.

LEAL, Vinícius Barros. **História da Medicina no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1978.

MONTENEGRO, F. Abelardo. **Os Partidos Políticos no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

SÁ, Dominichi Miranda de. **A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SALES, José Borges. Ensaio Histórico da Medicina no Ceará. In: **Anais da Academia Cearense de Medicina**. Fortaleza: Ano II,n.2, PP. 273-303.

STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**.Fortaleza: S/E. 1915.